

15/10/2015

O Globo | O Globo

Prefeitura tem só 205 fiscais para atuar em eventos

Leia: [Decreto reduz exigências para organização de eventos no Rio - O Globo](#)

RIO — O pacote de medidas da prefeitura que desburocratiza os processos de licenciamento pode ajudar a acelerar os trâmites, mas a limitação de pessoal é um grande gargalo não equacionado. A cidade tem hoje apenas 205 fiscais de atividades econômicas, ou 65,8% a menos em relação há 25 anos, quando o quadro era de 600 funcionários. Esses profissionais são responsáveis por verificar possíveis irregularidades de milhares de estabelecimentos na cidade, de aferir os parâmetros de realizações de eventos e até checar pagamento de tributos.

Apesar do quadro enxuto, a prefeitura, na última sexta-feira, publicou no Diário Oficial regras flexibilizando a autorização para festas e shows. Eventos sem palco, por exemplo, poderão ser realizados apenas com o organizador apresentando uma autodeclaração de que cumprirá as exigências do Corpo de Bombeiros e das autoridades da área de segurança. A medida gerou polêmica porque muitos especialistas reclamaram, justamente, porque a fragilidade da fiscalização municipal poderia facilitar a prática de irregularidades. Mas o secretário de Ordem Pública (Seop), Leandro Matielli, afirmou ontem que continuará agindo de forma direcionada.

— Agimos principalmente com uma fiscalização direcionada a partir de denúncias que chegam pelo (telefone) 1746, por solicitação de outros órgãos ou ações individualizadas dos fiscais. Geralmente, isso é feito em eventos de maior porte. A estratégia não muda — disse Matielli.

A presidente da Associação de Fiscais de Atividades Econômicas (Afaerj), Dalila Britto, se diz favorável ao processo de desburocratização. Em sua avaliação, o decreto vai permitir que a categoria dedique mais tempo para sua atividade: fiscalizar o exercício de atividades ligadas à economia da cidade. Ela, no entanto, defende a contratação de mais agentes para atender às demandas da prefeitura.

— Há 23 anos, não há um concurso para renovar os quadros — lamentou Dalila.

Novas contratações, no entanto, exigiriam mudanças na legislação. Segundo Dalila, alterações feitas ao longo dos anos fixaram em 140 o quadro máximo de fiscais. Por isso, explicou, não seria possível contratar mais gente.

Matielli, por sua vez, discorda que falte pessoal:

— Guardas municipais e outros servidores, mesmo tendo outras atribuições, podem colaborar no trabalho. Identificada a irregularidade, podem acionar o fiscal para tomar as providências.

MUDANÇAS POLÊMICAS

O decreto da desburocratização causou polêmica entre associações de moradores e especialistas. Muitos entendem ser pouco provável que os interessados cumprirão as regras e obterão a licença da corporação, uma vez autorizados previamente pelo município.

Se for alvo de fiscalização, o organizador que assinar a autodeclaração mesmo sem ter buscado a regularização do seu evento poderá ser responsabilizado criminalmente, com base no termo. Só em setembro, 70 eventos foram liberados em áreas públicas e privadas.

As novas regras estiveram entre os assuntos tratados ontem na reunião da diretoria da Federação das Associações de Moradores do Rio (Fam-Rio).

A entidade representa cerca de 70 associações de bairros. A ex-procuradora geral do Município e presidente da Fam-Rio, Sonia Rabello, disse que a entidade pretende encaminhar, na semana que vem, um documento ao prefeito Eduardo Paes propondo alterações.

— Independentemente de discordamos da autovistoria, há outros problemas a ser discutidos. Como a solicitação de eventos passou a ser feita de forma eletrônica, as associações de bairros tiveram sua capacidade de analisá-los reduzida. Os eventos em fase de licenciamento deveria ser informados em Diário Oficial e pela internet — disse Sonia.